

DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1997.

ELITES INDUSTRIAIS E PODER EM MINAS GERAIS

Ricardo Cesar Rocha da Costa
Universidade Federal Fluminense

O livro de Ignacio Godinho Delgado (originalmente sua Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1989), se insere no contexto de diversos trabalhos, no âmbito das Ciências Sociais, que têm se esforçado em compreender, entre outros movimentos, as ações do empresariado nacional e suas relações com o Estado na formulação das políticas de desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Delgado vem contribuir para o preenchimento de duas lacunas. A primeira diz respeito à quase inexistência de pesquisas sobre as ações do empresariado no nível regional que indiquem a criação de padrões de intermediação de interesses a partir das suas relações com os governos estaduais. Esses padrões podem ser específicos ou podem espelhar aqueles construídos historicamente entre as elites empresariais nacionais e as sucessivas formas assumidas pelo poder central. A segunda está ligada à ausência de análises que escapem a uma certa lógica predominante que tende a impor uma dinâmica da modernização praticamente homogênea, reduzindo a história da industrialização do País à história da industrialização de São Paulo — questão já devidamente alertada por outros estudiosos do tema (cf. DULCI, 1992). Essa interpretação traz subentendida a idéia generalizante do desenvolvimento da industrialização paulista como modelo irradiador para as outras regiões do País, do centro econômico para a periferia.

No caso do título em questão, investigou-se a ação do empresariado mineiro durante a chamada “República Populista”, entre os anos de 1945 e 1956, enfatizando as suas relações com os governos estaduais do período: Milton Campos e Juscelino Kubitschek. Para esse fim, Delgado fez uso de farto material documental, recolhido junto à Associação Comercial e à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

A participação do empresariado — em especial da burguesia industrial —, enquanto ator político de relevo, foi sendo acentuada na medida em que as oligarquias regionais tradicionais foram perdendo sua força econômica e, conseqüentemente, o peso político que anteriormente detinham, em função do processo crescente de industrialização e de urbanização brasileiras, principalmente a partir dos anos 1930. A tendência à centralização do poder político e ao crescimento do aparelho estatal não foi interrompida com a redemocratização do País após a II Guerra Mundial, gerando uma intensa e profícua parceria entre o Estado, cada vez mais fortalecido, e um empresariado cada vez mais articulado que, a par das especificidades do capitalismo retardatário e dependente, gerou formas de intermediação de interesses que podem ser enquadradas naquelas definidas por Weber e discutidas por Arthur Schweitzer sob o conceito de *capitalismo político* (cf. GUIMARÃES, 1977). O corporativismo estatal brasileiro, portanto, consolidou-se diante de uma elite empresarial que, num primeiro momento, apresentou-se como dependente da intervenção financiadora do Estado; e que, num segundo momento, passou a utilizar-se crescentemente de mecanismos político-institucionais que fizeram prevalecer o seu projeto de desenvolvimento.

O empresariado industrial mineiro segue essa mesma tendência. Assim, o trabalho de pesquisa efetuado por Delgado nos revela: (i) a “ação concertada” da burguesia industrial, assumindo uma prática política de sujeito/agente formador do desenvolvimento capitalista e do Estado burguês no Brasil; (ii) as contradições entre práticas e discursos, geradas pela conciliação entre o projeto estratégico da burguesia industrial e o alargamento das funções do Estado, visto como necessário para a consolidação do moderno capitalismo no Brasil. O discurso liberal clássico e a defesa do pluralismo seguiam, assim, de braços dados com a aceitação do controle corporativo sobre os sindicatos, como foi expresso em documentos importantes elaborados pelo empresariado no período (como, por exemplo, a *Carta da Paz Social*, de 1945). As necessidades pragmáticas da burguesia industrial faziam com que ela optasse, na verdade, por uma espécie de “autoritarismo instrumental” (SANTOS, 1970), deixando o liberalismo como “reserva ideológica” que eventualmente pudesse ser utilizada para fazer frente aos possíveis excessos provocados pela acentuada autonomia de parcelas da

burocracia estatal; (iii) por fim, que o projeto de desenvolvimento regional levado a cabo pela elite industrial mineira consolidou-se com a implantação da indústria siderúrgica na região central do estado. A participação ativa do empresariado nesse projeto se deu a partir da criação da FIMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais), em 1933, e através da presença de lideranças como Américo René Giannetti exercendo a função de secretário da Agricultura, Indústria e Comércio da administração Milton Campos, a partir de 1947. A redução relativa da influência direta dos industriais no governo seguinte, de Juscelino Kubitschek, pode ser explicada pelo fato de sua eleição ter tido como base a composição com forças políticas mais tradicionais, determinando que os arranjos político-partidários impusessem a formação do seu secretariado. Com isso, a opção industrializante do governador passou a ser dirigida pela constituição de uma tecnoburocracia no plano estadual — mais tarde reproduzida no plano federal pela “administração paralela” de Kubitschek (BENEVIDES, 1979) —, mas que, no fim das contas, correspondeu aos anseios da burguesia industrial mineira, com a consolidação do estado como pólo siderúrgico. Delgado, porém, mostra-nos que a necessidade da participação dos capitais estatal e estrangeiro para a efetivação desse projeto resultou no processo de alijamento dos seus próprios formuladores: a elite industrial mineira. Assim, segundo o autor, essa elite teria se tornado a responsável pelo seu próprio revés.

Este breve resumo talvez deixe clara a relevância do trabalho desenvolvido por Delgado. Sua proposta de análise procura se aproximar das contribuições relativamente recentes de autores como Eli Diniz, Renato Boschi, Angela de Castro Gomes, René Dreifuss, Maria Antonieta Leopoldi, entre outros, preocupados em documentar as práticas dos empresários enquanto atores políticos e as especificidades assumidas historicamente por essas elites nas suas relações com o Estado no Brasil.

Como contribuição para o debate, gostaria de destacar que a pesquisa de Ignacio Delgado poderia ter se detido um pouco mais na avaliação da participação do empresariado mineiro nos Conselhos Técnicos, instituídos pelo estado a partir de 1930 e definidos pelo próprio autor como os “principais mecanismos de intermediação de interesses e como órgãos de formulação das políticas econômicas governamentais” (p. 45).

Um outro ponto importante para análise, ainda que não estivesse inteiramente ausente das reflexões de Delgado, poderia dizer respeito às relações entre a elite industrial mineira e a política econômica delineada na Presidência da República pelo ex-governador Juscelino Kubitschek. Apesar de não ter feito parte da sua proposta de trabalho, acredito que esse caminho poderia ter sido um desdobramento natural da investigação empreendida pelo autor, complementando as suas conclusões sobre o caráter específico da industrialização projetada para Minas Gerais e a sua relação com a “construção da Nação”, objeto do discurso da elite empresarial do restante do País.

De qualquer forma, fica registrada a importante contribuição fornecida pela pesquisa de Ignacio Delgado para os estudos sobre o corporativismo. Esperamos que a sua publicação em livro estimule o desenvolvimento de outros trabalhos, necessários, que se proponham a investigar a participação de segmentos das elites na conformação de projetos de desenvolvimento estaduais ou regionais — o caso do Nordeste é um bom exemplo — e as suas relações com o Estado e com o capital estrangeiro no Brasil.

Recebido para publicação em maio de 1998.

Ricardo Cesar Rocha da Costa (rcesar@nitnet.com.br) é mestrando em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES**, M. V. de M. (1979). *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DULCI**, O. S. (1992). “Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais”. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro
- GUIMARÃES**, C. (1977). “Empresariado, tipos de capitalismo e ordem política”. *Dados*, Rio de Janeiro, 14.
- SANTOS**, W. G. (1970). *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades.

* * *